



GT 056. Povos indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional.

Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Coordenador/a, Luis Eugenio Campos (Universidad Academia de Humanismo Cristiano) - Coordenador/a

Em anos recentes, com o avanço do agronegócio, mineração, a construção de hidrelétricas, o turismo, e outros projetos, as pressões econômicas de grandes empresas interessadas em explorar os recursos naturais em territórios de povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades tradicionais, levou governos a negar o reconhecimento de territórios de muitos coletivos que reivindicam seu reconhecimento pelo Estado. As frequentes violações de direitos por parte de grandes consórcios com respaldo do Estado levam a novas formas de mobilização política dessas populações em que suas identidades étnicas estão sendo reforçadas, e casos de etnogênese e reelaboração cultural. No Brasil, a bancada ruralista, no Congresso, e a pressão de grandes empresas, visam enfraquecer os direitos dos povos indígenas e quilombolas assegurados na Constituição Federal de 1988, e mesmo revertê-los, com propostas legislativas como a PEC 215/2000. A questão do não reconhecimento é um tema de alta relevância neste momento histórico marcado por tentativas de deslegitimar reivindicações dos povos tradicionais. No Chile, o governo não apenas viola os direitos de muitos coletivos indígenas, mas reluta em não reconhecer os afrodescendentes chilenos. Na Argentina, o avanço do neo-extratativismo ameaça os direitos dos coletivos indígenas, com situações de crescente conflitividade e estigmatização, como a que atinge o povo Mapuche no sul do país. Fatos comparáveis se encontram em outros países da América Latina.

A dupla face das paisagens: o incremento do turismo e a configuração de uma arena de conflito no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Autoria: Benedita de Cássia Ferreira Costa

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), criado pelo decreto No. 86.060/81, abrange os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz e possui uma área estimada em 155.000 hectares. A criação dessa unidade de conservação de proteção integral ocorreu sem que a presença das famílias que historicamente vivem e trabalham nessa ampla região fosse registrada pelo Estado. O presente work procura refletir sobre os problemas que definem uma arena de disputa envolvendo, por um lado, famílias de comunidades tradicionais e, por outro, o Estado e agentes econômicos em torno da privatização das atividades turísticas nas áreas historicamente ocupadas pelas famílias no PNLM. Busca identificar os elementos e conteúdos imagéticos utilizados para divulgar o potencial turístico do PNLM no contexto de concessão da gestão do turismo a agentes econômicos privados. A partir da análise de material fotográfico veiculado por órgãos oficiais, por veículos nacionais e locais de promoção turística, pretende ultrapassar, como obstáculo epistemológico, a relação naturalizada entre imagem e turismo, realizando um iconoclash (LATOUR, 2008) a partir da análise do processo de construção social dessas imagens, que projetam a ideia de paraíso configurado a partir de dunas, lagoas cristalinas, céu azul e muito sol, sugerindo um lugar natural, óbvio (BARTHES, 1990). Pensando no "avesso" ou no obtuso (BARTHES, 1990) dessas imagens, elas nos dizem que antes de ser "Parque" havia e ainda há um modo de vida de comunidades tradicionais historicamente consolidado, a partir de formas específicas de interação com a natureza, hoje pensada como um "produto" a ser comercializado no mercado do turismo. A construção de uma paisagem que remete a um produto turístico é reveladora de uma arena de conflito entre as definições e usos da unidade de



conservação, na medida em que as imagens, acompanhadas de narrativas sobre os ?Lençóis Maranhenses?, operam na construção de uma natureza prístina e intocada, simplificando ou apagando sua variedade e diversidade humana, desconectando-as de questões político-econômicas relacionadas à sua própria produção, enquanto destino turístico único. Problematiza, assim, o processo da ?descoberta? e a ?concessão? dessa unidade de conservação, que demonstra por um lado, a continuidade da natureza que sofre um regime cada vez maior de comoditização e, por outro, a descontinuidade do humano, promovendo uma invisibilização do modo de vida de comunidades tradicionais. Dessa forma, a paisagem natural (turística e de paraíso) contrasta com outra, concebida como paisagem cultural, que restaura e torna relevante o encontro de pessoas e lugares, definidor do modo de vida das comunidades tradicionais ali presentes.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

